

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.044 - RJ (2019/0121186-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - RJ164734
JULIANA DIAS INNOCENCIO - RJ157117
AGRAVADO : JESSICA & LAIS MOVEIS E DECORACOES LTDA
AGRAVADO : SERGIO ANTONIO DA SILVA
AGRAVADO : TEREZA CRISTINA DA SILVA GOMES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. 1. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SÚMULA 83 DO STJ. 2. HIPÓTESE EM QUE O BANCO DEIXOU DE PRATICAR ATO NECESSÁRIO À CITAÇÃO DO CONTRATANTE. ENUNCIADO N. 240 DO STJ. INAPLICABILIDADE À ESPÉCIE. DISPENSA DO REQUERIMENTO DA PARTE RÉ PARA A EXTINÇÃO DO PROCESSO. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, a ação monitória ajuizada por Banco do Brasil S.A., foi extinta sem julgamento de mérito pelo Juízo de primeiro grau, sob o argumento de que "a parte foi devidamente intimada para dar andamento ao feito, como se verifica da intimação postal acostada às fls. 238, porém deixou transcorrer o prazo determinado às fls. 236, sem qualquer manifestação, conforme certidão cartorária de fls. 247, resta reconhecer o abandono da causa. Ressalte-se que o feito se encontra paralisado desde 24/07/2013 sem andamento ante a inércia da parte autora" (e-STJ, fl. 332)

Interposto recurso de apelação pela instituição financeira, a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu, por unanimidade, negar provimento ao apelo nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 365):

Ação Monitória – Sentença de extinção, sem resolução do mérito – Prévia intimação da apelante – Formalidade processual atendida de forma regular.

Incidência da regra do artigo 248, parágrafo 2º, *in fine*, do Código de Processo Civil, que permite que a citação, norma aplicável à intimação para dar andamento ao feito, possa ser recebida pelo "... *funcionário responsável pelo recebimento de correspondências*".

Competiria ao exequente promover a citação editalícia da parte ré, e, não o fazendo, abandonou a causa, ensejando a extinção do feito.

Caracterizado abandono processual pela parte autora – Cumprimento da regra do artigo 485, inciso III e parágrafo 1º do Código de Processo Civil – Desprovemento da Apelação.

Nas razões do recurso especial, o banco recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 6º, 188, 277 e 485, § 6º, do CPC/2015, sustentando a reforma do acórdão recorrido, uma vez que, ainda que houvesse inércia de sua parte, os requisitos necessários para a extinção do processo sem resolução de mérito não foram preenchidos, tendo em vista a necessidade do requerimento da parte ré, a qual foi devidamente citada e contestou a ação.

Além disso, aduziu ofensa aos princípios da instrumentalidade das formas, da cooperação e da primazia da resolução do mérito, previstos no Novo Código de Processo Civil.

As contrarrazões não foram apresentadas - fl. 390 (e-STJ).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

Consoante se extrai dos autos, o Tribunal de origem, ao julgar a apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 366-367):

Cuida-se de Recurso de Apelação alvejando a Sentença terminativa presente no indexador 332, proferida com fundamento no artigo 485, inciso III do Código de Processo Civil, nos autos de Ação Monitória ajuizada pelo Banco do Brasil S A, em razão do abandono da causa pela parte autora.

Verifica-se que, em fl. 236 (indexador 317), foi proferido despacho ordinário de intimação da parte autora, para que promovesse o andamento do processo, sob pena de extinção do feito.

Após a efetivação da intimação pessoal da instituição financeira demandante, o que ocorreu em 27/01/16, como se depreende do Aviso de Recebimento de fl. 238, indexador 321, assinado por um dos prepostos da parte apelante, em conformidade com o artigo 248, parágrafo 2º, *in fine* do Código de Processo Civil, ela manteve-se inerte, conforme certidão presente no indexador 331.

Com efeito, a parte intimada apenas juntou aos autos, em julho e dezembro do referido ano, procurações e substabelecimentos (indexadores 322 a 325), o que não cumpriu o ônus processual de promover o prosseguimento do feito.

Logo, a Sentença está correta, porque, após efetivada a intimação da apelante para dar andamento ao feito, no prazo de cinco dias, ela não promoveu os atos processuais a seu encargo, sendo a extinção do processo uma decorrência lógica da Sentença terminativa, incidindo o artigo 485 do Código de Processo Civil, conforme fundamentou o *Decisum* apelado.

Competiria ao exequente promover a citação editalícia da parte ré e não apenas ter juntado novas procurações aos autos, o que realizou meses após a sua intimação pessoal, pelo que se configurou o abandono processual.

Por fim, não se aplica a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu, quando, no feito, não houver ocorrido integração do demandado à relação processual, haja vista a inexistência de citação.

Assim, nega-se provimento à Apelação.

Nesse contexto, depreende-se que, ao decidir a questão, o Tribunal de origem o fez com amparo no acervo probatório carreado aos autos tornando inviável o seu reexame nesta instância extraordinária, o que atrai a incidência da Súmula n. 7 do STJ.

No caso, verifica-se que o Tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia, extinguiu o processo sem resolução do mérito por abandono da causa pelo autor. Asseverou que foram observados os requisitos da intimação para promover o andamento do feito e o autor ficou-se inerte, consoante alhures transcrito.

Ademais, tem-se que, constatada a inércia, o acórdão recorrido reconheceu que o apelante foi devidamente intimado para dar andamento ao feito no prazo legal, o que não ocorreu, ensejando, assim, a sua extinção.

Neste aspecto, observo que o Tribunal de origem decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, conforme demonstram os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS PELA MESMA PARTE. NÃO CONHECIMENTO DA ÚLTIMA INSURGÊNCIA RECURSAL. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SÚMULA 240/STJ. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.

1. Manejados dois recursos pela mesma parte contra uma única decisão, a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade

recursal impedem o exame do que tenha sido protocolizado por último.

2. Não se aplica o enunciado da Súmula 240/STJ aos casos em que não houve a instauração da relação processual com a citação da parte requerida.

3. Constatado o abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias e a inércia da parte autora após a intimação para dar andamento ao feito, pode ser declarada a extinção do processo, conforme previsão no art. 267, III, §1º, do CPC de 1973.

4. O acolhimento da pretensão recursal sobre a alegada inexistência dos pressupostos para extinção do feito exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno de fls. 207-216 não provido e agravo interno de fls. 217-226 não conhecido. (AgInt no AREsp 1.015.747/SC, Relator Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, DJe 9/8/2017 - sem grifo no original).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALUGUÉIS VENCIDOS E DEMAIS DESPESAS. CONDENAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO. ABANDONO DA CAUSA. POSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 267, III, § 1º, do CPC/1973, o abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias implica a extinção do processo se o exequente, pessoalmente intimado para promover os atos e diligências que lhe competir, permanecer inerte.

2. Inaplicabilidade da Súmula nº 240/STJ por se tratar de réu revel citado por hora certa e defendido pela Defensoria Pública, que também não se opôs à extinção da demanda.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.457.324/MG. Relator Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, DJe 4/4/2017).

Outrossim, sabe-se que, segundo o enunciado n. 240 da Súmula do STJ, "a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu".

No entanto, esta Corte Superior afasta esse entendimento sumulado nas hipóteses em que o abandono se caracterizou justamente quanto a atos exigidos do demandante para a citação do réu, porque, nesses casos, os demandados nem mesmo chegaram a ser integrados à relação processual, o que torna impossível e desnecessário o requerimento de extinção do processo sem resolução de mérito.

Assim, não há como afastar, no ponto, a incidência da Súmula n. 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso

especial.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

